

5-2013

# Gastos com Bens e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação no Setor Público: um estudo de caso da Prefeitura de São Paulo

Carolina Silva

*Universidade de São Paulo*, carolina.bertolucci@gmail.com

César Alexandre de Souza

*Universidade de São Paulo*, calesou@usp.br

Edmir Parada Vasques Prado

*Universidade de São Paulo*, eprado@usp.br

Follow this and additional works at: <http://aisel.aisnet.org/confirm2013>

---

## Recommended Citation

Silva, Carolina; Souza, César Alexandre de; and Prado, Edmir Parada Vasques, "Gastos com Bens e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação no Setor Público: um estudo de caso da Prefeitura de São Paulo" (2013). *CONF-IRM 2013 Proceedings*. 27.

<http://aisel.aisnet.org/confirm2013/27>

This material is brought to you by the International Conference on Information Resources Management (CONF-IRM) at AIS Electronic Library (AISEL). It has been accepted for inclusion in CONF-IRM 2013 Proceedings by an authorized administrator of AIS Electronic Library (AISEL). For more information, please contact [elibrary@aisnet.org](mailto:elibrary@aisnet.org).

# **Gastos com Bens e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação no Setor Público: um estudo de caso da Prefeitura de São Paulo**

Carolina Silva  
Universidade de São Paulo  
carolina.bertolucci@gmail.com

César Alexandre de Souza  
Universidade de São Paulo  
calesou@usp.br

Edmir Parada Vasques Prado  
Universidade de São Paulo  
eprado@usp.br

## ***Resumo***

O presente artigo tem como objetivo verificar como se dá a evolução histórica dos gastos com bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação na Prefeitura de São Paulo, sendo que os objetivos específicos incluem a necessidade de obter e explorar os dados, utilizando as legislações específicas de acesso à informação, identificar rubricas contábeis que explicitem gastos com aquisição de bens e contratação de serviços de TIC e identificar os diferentes insumos que compõem os gastos com bens e serviços de TIC. Para tanto, foi realizado um estudo de caso descritivo a partir da análise dos dados orçamentários de 25 órgãos da Prefeitura de São Paulo, correspondentes a 70% do orçamento total da administração municipal. As pesquisas documentais e os dados coletados permitiram entender como se organizam as despesas com aquisição de bens e contratação de serviços de TIC, além de verificar como se deu a evolução dos gastos nos mais diversos órgãos da municipalidade. Como resultado, foi possível verificar que houve uma tendência geral de aumento dos gastos com aquisição de bens e contratação de serviços nas unidades da Prefeitura de São Paulo.

## ***Palavras-chave***

Tecnologia da Informação e Comunicação, Gastos, Setor público, Aquisição de bens, Contratação de serviços.

## **1. Introdução**

De acordo com Chaves (2007), “a melhoria da qualidade do gasto público redundará em melhorar a eficiência desse gasto, ou seja, determinado investimento deverá ser concluído com o menor custo possível e gerar o máximo de benefícios para a sociedade”.

Nesse sentido, é necessário compreender como as despesas são executadas pelos órgãos e qual seu comportamento em determinado período de tempo, além de verificar sua disponibilização pelos referidos órgãos.

Sendo assim, o problema do presente artigo é responder à seguinte pergunta: como se dá a evolução histórica dos gastos com bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação na Prefeitura?

Os objetivos específicos do presente trabalho são:

- Identificar formas de obtenção e exploração dos dados, utilizando as legislações específicas de acesso à informação;
- Identificar rubricas contábeis que explicitem gastos com aquisição de bens e contratação de serviços de TIC;
- Identificar os diferentes insumos que compõem os gastos com bens e serviços de TIC;
- Apresentar a evolução histórica dos gastos com aquisição de bens e contratação de serviços de TIC.

O estudo se justifica pela pretensa facilidade de acesso aos dados dos órgãos públicos proporcionada pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) e pela necessidade de verificar se há transparência nas ações governamentais. No caso desta pesquisa no âmbito municipal, trata-se de compreender como as despesas são executadas pelos órgãos e qual seu comportamento em um determinado período de tempo.

O estudo está dividido em cinco seções. A primeira é essa introdução. Em seguida apresenta-se o referencial teórico que serviu de sustentação ao estudo. A terceira parte apresenta a metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa. Após isso, temos as análises dos dados coletados e os resultados obtidos. Por último, apresentamos as considerações finais do estudo realizado e as recomendações para futuras pesquisas sobre o tema investigado.

## **2. Referencial teórico**

### **2.1. Administração Pública**

A Administração Pública “é o conjunto de órgãos do Estado encarregado de exercer, em benefício do bem comum, funções previstas na Constituição e nas leis” (Ceneviva, 2002, p. 09).

Tais funções (ou princípios, como constante na Carta Magna) impõem que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, mesmo levando em consideração que o poder público mantém uma estrutura diferente daquela existente no setor privado, inúmeras transformações ocorreram nas últimas décadas, que exigem cada vez mais que o serviço público tenha qualidade muito parecida com o setor privado, especialmente no que tange à eficiência.

Além da norma e dos seus princípios, podemos dizer que a administração pública é o conjunto de meios institucionais, material, financeiro e humano preordenados à execução das políticas públicas (Silva, 2006, p. 55). É um meio cujo objetivo é atingir fins definidos que tragam benefícios aos cidadãos, enquanto consumidores de serviços públicos.

### **2.2. Tecnologia da informação e comunicação e governo eletrônico**

De acordo com Castells (1999), a tecnologia da informação e da comunicação (TIC) é uma das principais ferramentas para adquirir conhecimento e, portanto, alcançar o

desenvolvimento, tanto no setor privado quanto no setor público. Porém, a utilização da TIC dentro da administração pública segue um ritmo diferente do que no setor privado. “Isto (...) se deve a fatores resultantes da própria burocracia” (Ferrer, 2006), uma vez que o redesenho dos processos nas organizações públicas e a implantação de sistemas de informações necessitam previamente de uma mudança na cultura organizacional e burocrática.

A utilização da TIC no setor público, seja com foco no cidadão, no fornecedor, nas organizações privadas ou no próprio governo, resulta no conceito de governo eletrônico, que está fortemente apoiado numa nova visão do uso dessas tecnologias para a prestação de serviços públicos (Barbosa et al, 2009). Este conceito ainda está em construção, mas seu objetivo é o fornecimento e a disponibilização de informações, serviços ou produtos por meios eletrônicos, de maneira democrática e acessível aos interessados (Joia, 2004).

Para Miranda e Streit (2007), a gestão dos sistemas de informação no setor público costuma ser mais complexa, pois as estratégias não têm como finalidade a obtenção de vantagens competitivas em relação aos concorrentes ou a busca pela maximização dos seus lucros, mas sim a prestação de contas para os que se encontram sob sua jurisdição e para o público em geral, mediante justificativa de decisões e ações, assim como a transparência, mediante fluxo confiável e tempestivo de informações a todos os interessados.

Para Pinho (2011), o governo eletrônico, em especial os serviços eletrônicos disponibilizados, beneficia os cidadãos, via transformação dos serviços governamentais e da governança, oferecendo aos governos municipais uma maneira alternativa de servir aos cidadãos e trazer inovação às suas operações internas.

Willcocks (1994) especifica uma peculiaridade do setor público ao salientar que os projetos frequentemente são de maior escala que no setor privado e podem tanto atingir o público em geral como uma população regionalizada, sob controle estatal.

### **2.3. Lei de Acesso à Informação e Dados Abertos**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1998, em seu artigo 5º, traz os direitos e garantias fundamentais de todos os cidadãos brasileiros. Se nos atentarmos ao inciso XXXIII, temos que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade (...)”.

Essa ideia de disponibilizar informações ao cidadão também está prevista no artigo 37, quando se estabelece que a publicidade é um dos princípios da administração pública, junto com a legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação, entrou em vigor a partir do dia 16 de maio de 2012 e regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, sendo aplicável aos três Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O objetivo é que qualquer cidadão tenha acesso a informações sobre os seguintes itens:

- Dados institucionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
- Dados gerais para o acompanhamento de programas e ações de órgãos e entidades;
- Inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo;
- Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

- Registros das despesas;
- Procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- Formas de solicitação de informação.

#### **2.4. Formação dos gastos na Administração Pública e os gastos com TIC**

O artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a obrigatoriedade do processo orçamentário e da necessidade de se planejar as ações do governo através do Plano Plurianual (PPA), das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

De acordo com o Portal SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, a execução orçamentária caracteriza-se pela utilização dos créditos consignados no Orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA), isto é, pela realização das despesas públicas previstas no orçamento e só essas.

A necessidade de estabelecer normas para as finanças públicas brasileiras, regulamentando o artigo 163 da Constituição Federal, levou o poder público a elaborar a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, também conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A referida lei passou a ser um mecanismo para prevenir riscos e corrigir desvios na gestão fiscal pública.

De acordo com a Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é no orçamento que o cidadão identifica a destinação dos recursos que o governo recolhe sob a forma de impostos, sendo que nenhuma despesa pública pode ser realizada sem estar fixada no orçamento.

Para a Prefeitura de São Paulo, o orçamento é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum.

Silva (2004) afirma que o “orçamento é um plano de trabalho governamental expresso em termos monetários, que evidencia a política econômico-financeira do governo e em cuja elaboração foram observados os princípios da unidade, universalidade, anualidade, especificação e outros [...]”.

A Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em seu artigo 6º, determina que “na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação”.

A classificação funcional busca responder basicamente à indagação sobre “em que” área de ação governamental a despesa será realizada. A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo. Trata-se de uma classificação independente dos programas. Por ser de aplicação comum e obrigatória no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, a classificação funcional permitirá a consolidação nacional dos gastos do setor público.

A classificação funcional é composta por cinco dígitos numéricos, sendo que os dois primeiros indicam a função, que representa o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público, e os três últimos indicam a subfunção, uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesas e identificar a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções.

Por fim, são apresentados quatro dígitos referentes aos programas, que são instrumentos de organização da ação governamental, que visam proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública, ampliar a transparência na aplicação dos recursos e produzir uma melhor visão dos resultados e benefícios gerados para a sociedade. Toda a ação do Governo está estruturada em programas que são definidos no Plano Plurianual para um período de quatro anos. Os programas são elos de ligação entre o plano e o orçamento. A partir do programa são identificadas ações sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais.

De acordo com Ortolani (1997), a diferença entre a organização pública e a privada é que, na administração pública, somente é possível fazer o que estiver previsto na legislação (constituição, leis, decretos, portarias, resoluções); já na iniciativa privada, é permitido fazer tudo o que não é proibido pela legislação, portanto, é necessário focar o investimento em TI.

### **3. Procedimentos metodológicos**

Este estudo caracteriza-se como descritivo. Para Gil (2002), este tipo de pesquisa busca principalmente descrever as características de uma determinada população ou um determinado fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis.

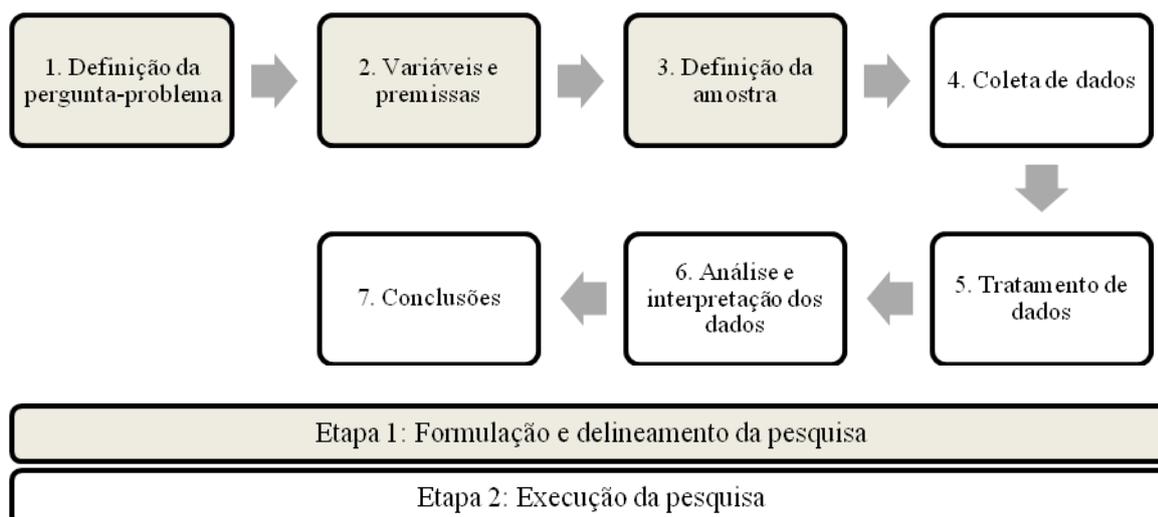
O estudo foi realizado por meio de pesquisa documental em cima de relatórios extraídos do Portal da Prefeitura de São Paulo. Gil (2002) apresenta que a pesquisa documental utiliza materiais ainda não analisados ou que ainda poderão ser reelaborados.

O estudo de caso, que é o estudo em profundidade baseado numa análise intensiva empreendida em uma única organização (Bruyne, Herman e Schoutheete, 1991), foi o método escolhido. Lüdke e André (1986) afirmam que o estudo de caso objetiva a descoberta, enfatizando a "interpretação em contexto", buscando retratar a realidade de forma completa e profunda.

Já Yin (1989) apresenta o estudo de caso como o método utilizado quando as questões de pesquisa são o "como" e o "porquê" e afirma que esse método surge do desejo de compreender fenômenos sociais complexos. Ou seja, o estudo de caso permite uma investigação para se preservarem as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.

Além disso, o autor ainda afirma que a preferência pelo uso do estudo de caso deve ser dada quando do estudo de eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível fazer observações diretas. Apesar de ter pontos em comum com o método histórico, o estudo de caso se caracteriza pela "capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações" (ibidem, p. 19).

A Figura 1, a seguir, apresenta o processo de pesquisa do presente artigo.



**Figura 1:** Processo de pesquisa  
 Fonte: Fischmann et al., 2010

Os objetivos deste estudo, indicados no Capítulo 1, derivam do problema de pesquisa selecionado e das demais questões que orientam toda a investigação.

Após a definição da pergunta-problema, foram selecionadas as variáveis e premissas para as quais o método destacado anteriormente se aplica. A pesquisa, inicialmente, seria realizada por meio da extração de dados publicados no Portal da Prefeitura de São Paulo, porém foi verificado que os dados extraídos não atenderiam o proposto, pois a extração trazia planilhas eletrônicas sem formatação padrão, o que dificultava o tratamento dos dados; além disso, a Prefeitura disponibilizava relatórios diferentes de acordo com o ano.

Diante dessa dificuldade optou-se por encaminhar a dúvida via E-Sic, que é o sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão da Prefeitura de São Paulo, através do endereço <http://e-sic.prefeitura.sp.gov.br>, utilizando-se das premissas da Lei de Acesso à Informação.

O pedido foi encaminhado dia 30/09/2012 e respondido pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão no dia 04/10/2012. A resposta apresentava o endereço do Portal da Prefeitura, onde estavam disponibilizados todos os relatórios de Execução Orçamentária desde 2005. Porém, cabe ressaltar que todos os arquivos estavam em formato PDF.

Diante da dificuldade de trabalhar com os dados em formato PDF, foi aberto um novo pedido pelo sistema de solicitações da Prefeitura, no dia 03/12/2012, quando foi solicitado que os mesmos arquivos encaminhados anteriormente em PDF fossem encaminhados em formato xls ou similar.

Em 06/12/2012, foi encaminhada uma resposta pela secretaria responsável, indicando a utilização do Banco de Dados das Execuções Orçamentárias, banco esse já testado pela pesquisadora, mas que não atendia à solicitação pelos seguintes motivos: ao tentar selecionar a variável "ano", foi possível perceber que só estão disponíveis as informações do ano de 2009 em diante. Além disso, ao selecionar as variáveis "Ano: Todos", "Órgão: Todos",

“Função: Administração” e “Subfunção: Tecnologia da Informação”, os valores não aparecem de forma separada, ou seja, o que foi gasto na subfunção selecionada para todos os órgãos, assim como aparece nos PDFs disponibilizados no site. Sendo assim, foi encaminhada uma nova mensagem relatando o ocorrido em 07/12/2012.

Em 11/12/2012, a secretaria em questão encaminhou as planilhas com as bases de dados da execução orçamentária dos anos solicitados em formato xls, que atendiam as necessidades do estudo.

Em continuidade, para fins da pesquisa consideraram-se as seguintes variáveis, que, por sua vez, também são as respostas a um dos objetivos específicos:

- Anos: 2005 a 2010;
- Função: Administração;
- Subfunção: Tecnologia da Informação;
- Programa: 2170 - Aquisição de Materiais, Equipamentos e Serviços de Informática.

Cabe ressaltar que o período analisado (2005 a 2010) foi selecionado pois são os anos em que a execução orçamentária está disponível em meio eletrônico. O ano de 2011 não foi analisado, pois o relatório encaminhado pela Prefeitura não apresentava os valores referentes ao Programa 2170. O ano de 2012 não foi utilizado, uma vez que, até o fechamento deste artigo, os relatórios não estavam disponíveis.

Além disso, algumas secretarias tiveram seus nomes e funções alteradas durante o período. Tais alterações foram destacadas ao longo da análise.

Já a amostra, composta a partir da alternância de coleta e análise de dados e revisão bibliográfica, ficou definida como as Secretarias Municipais, Secretarias Especiais, Tribunal de Contas e Câmara Municipal, resultando em 25 unidades. Essa delimitação (excluindo as subprefeituras) se deu uma vez que a despesa efetivamente realizada pelos órgãos selecionados corresponde, em média, a 70% de toda a despesa realizada na Administração Direta.

Além disso, cabe salientar que os relatórios disponibilizados no Portal da Prefeitura apresentam os valores orçados, os valores atualizados, empenhados e liquidados para cada ano. Para o presente estudo, valerá o valor liquidado, uma vez que, após a liquidação, ou seja, após o direito adquirido pelo credor, é feito o pagamento da despesa. O artigo 62 da Lei nº 4.320, de 1964, destaca que “o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação”.

Procedeu-se então ao tratamento dos dados com o intuito de atingir os objetivos específicos e geral e responder a pergunta-problema. Nessa fase, foi necessário realizar o trabalho de tratamento dos dados, organizando-os em tabelas e gráficos.

#### **4. Análise dos dados e apresentação dos resultados**

A presente seção visa apresentar os objetivos específicos do presente estudo, seguido da análise dos dados e consequentes resultados.

#### **4.1. Objetivo: Identificar rubricas contábeis que identifiquem gastos com aquisição de bens e contratação de serviços de TIC**

A Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, atualiza a discriminação da despesa por funções, definindo que a função nº 04, a partir de então, será relativa aos objetivos da Administração, enquanto a sua subfunção nº 126 trataria dos bens e serviços relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação.

Em complemento, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, da Prefeitura do Município de São Paulo, por meio do E-Sic, afirmou que os valores destinados à Tecnologia da Informação são parte do programa nº 2170, relacionado à Aquisição de Materiais, Equipamentos e Serviços de Informática. Sendo assim, as rubricas contábeis levantadas no presente estudo também são as variáveis que nortearão o presente estudo. Sendo elas:

- Função nº 04: Administração;
- Subfunção nº 126: Tecnologia da Informação;
- Programa nº 2170: Aquisição de Materiais, Equipamentos e Serviços de Informática.

#### **4.2. Objetivo: Identificar os diferentes insumos que compõem os gastos com bens e serviços de TIC**

O Programa nº 2170 é composto por quatro tipos de despesas, a saber:

- Equipamentos e Material Permanente;
- Material de Consumo;
- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
- Despesas de Exercícios Anteriores.

Os materiais de consumo são aqueles utilizados no funcionamento e manutenção de sistemas de processamento de dados, bem como com *softwares* de base (prateleira), que são aqueles incluídos na parte física do computador e que, portanto, integram o custo de aquisição desse ativo imobilizado e aquisição de materiais que alterem a especificação original do equipamento de informática (*upgrade*).

Já os equipamentos e materiais permanentes são todas as máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados em processamento de dados de qualquer natureza, exceto quando se tratar de aquisição de peças destinadas à reposição direta do equipamento ou mesmo para estoque.

Os outros serviços de terceiros – pessoa jurídica são as despesas com serviços prestados por profissionais técnicos, contratação de mão de obra, locação de equipamentos e contratação de serviços de processamento de dados prestados por empresas especializadas na área de informática, bem como desenvolvimento de sistemas.

#### **4.3. Objetivo: Identificar formas de obtenção e exploração dos dados, utilizando as legislações específicas de acesso à informação.**

Yockelson (2002) apud Vaz (2007) coloca que “portais podem ser entendidos como ambientes que tornam disponíveis informações e serviços contextualmente relevantes para um indivíduo, sendo este um cliente, usuário, um empregado ou parceiro da organização” e que as organizações, através desse ponto de acesso remoto de autoatendimento, passam a oferecer serviços públicos ininterruptamente ao cidadão, bem como informações, auxiliando na transparência, proporcionando, por sua vez, maior controle social. Para Pinho (2006), os

portais governamentais são as formas mais diretas da consolidação das TIC no setor público, por serem considerados a porta de entrada do governo eletrônico e por serem ferramentas através das quais os governos podem prestar contas e ser transparentes.

Conforme explicitado no Portal do Controle Social do Estado do Paraná (2010), “quanto mais bem informado o cidadão, melhores condições têm de participar dos processos decisórios e de apontar falhas. Isso realimenta o sistema, garantindo maior eficiência, menos corrupção e escândalos”. Em complemento a tal afirmação, Matheus (2009) afirma que o exercício do direito ao controle social necessita de informação para questionar seus governantes.

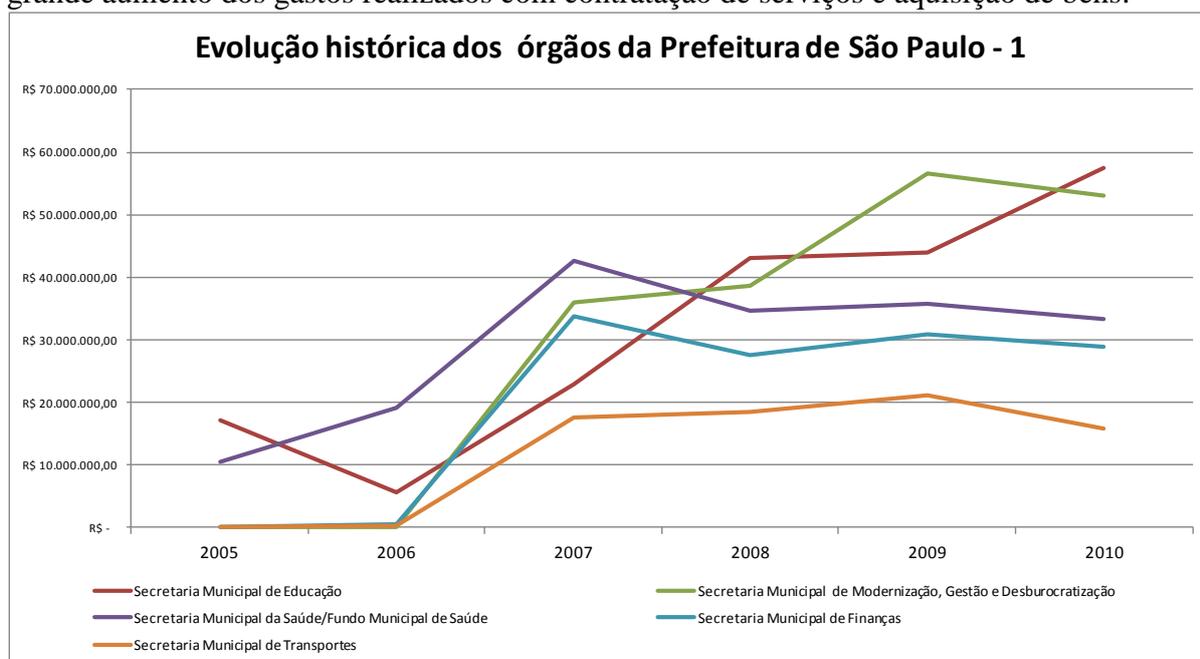
Sendo assim, uma das principais formas de obtenção dos dados foi o acesso ao próprio Portal da Prefeitura de São Paulo, suas ferramentas de extração de dados que acessam diretamente as bases, além das solicitações realizadas diretamente por meio do E-Sic.

Porém, cabe ressaltar as dificuldades já elencadas, sendo elas: a disponibilização dos dados em formato fechado, bem como a alteração dos nomes e funções das secretarias ao longo do tempo, o que dificulta a comparação dos valores efetivamente gastos.

#### **4.4. Objetivo: Apresentar a evolução histórica dos gastos com aquisição de bens e contratação de serviços de TIC**

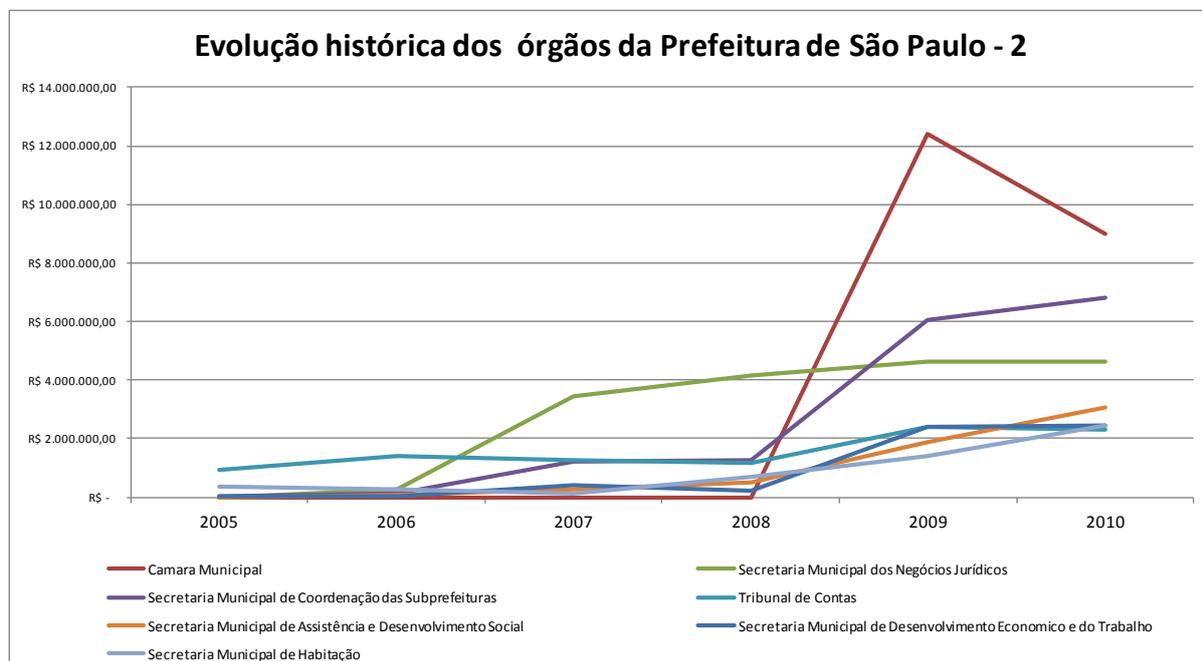
Após ordenar os gastos totais com bens e serviços de tecnologia da informação das unidades analisadas, foi possível verificar que as secretarias que mais gastaram com TI nos últimos anos, em valores absolutos, foram as seguintes: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Modernização, Gestão e Desburocratização (anteriormente chamada de Secretaria Municipal de Gestão), Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Finanças e Secretaria Municipal de Transportes.

De acordo com o gráfico a seguir (Figura 2), é possível observar, de maneira geral, um grande aumento dos gastos realizados com contratação de serviços e aquisição de bens.



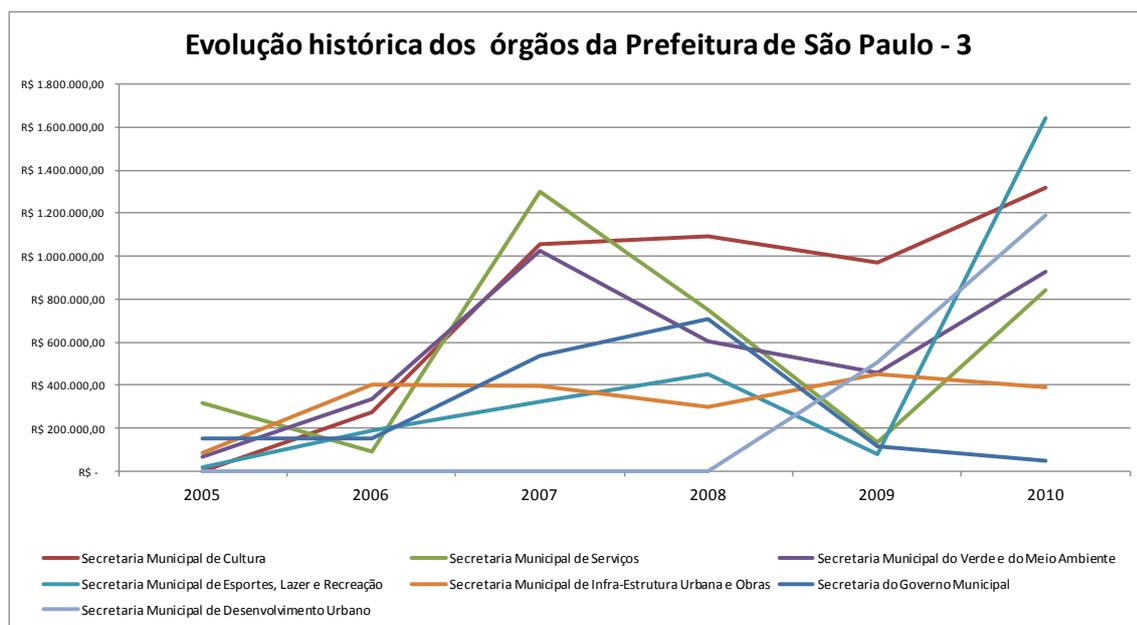
**Figura 2:** Gráfico demonstrando a evolução histórica dos gastos nos órgãos – 1

O gráfico a seguir (Figura 3) também apresenta a mesma tendência: um grande aumento entre 2007 e 2009, com manutenção ou ligeira queda entre 2009 e 2010, com exceção da Câmara Municipal, que apresentou uma queda maior.



**Figura 3:** Gráfico demonstrando a evolução histórica dos gastos nos órgãos – 2

As unidades relacionadas no gráfico a seguir ( uma variação dos gastos ao longo dos anos. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, por exemplo, teve o início das suas operações somente em 2008. É possível perceber que, de 2005 em diante, em média, há uma tendência de aumento dos gastos, com exceção da Secretaria do Governo Municipal.



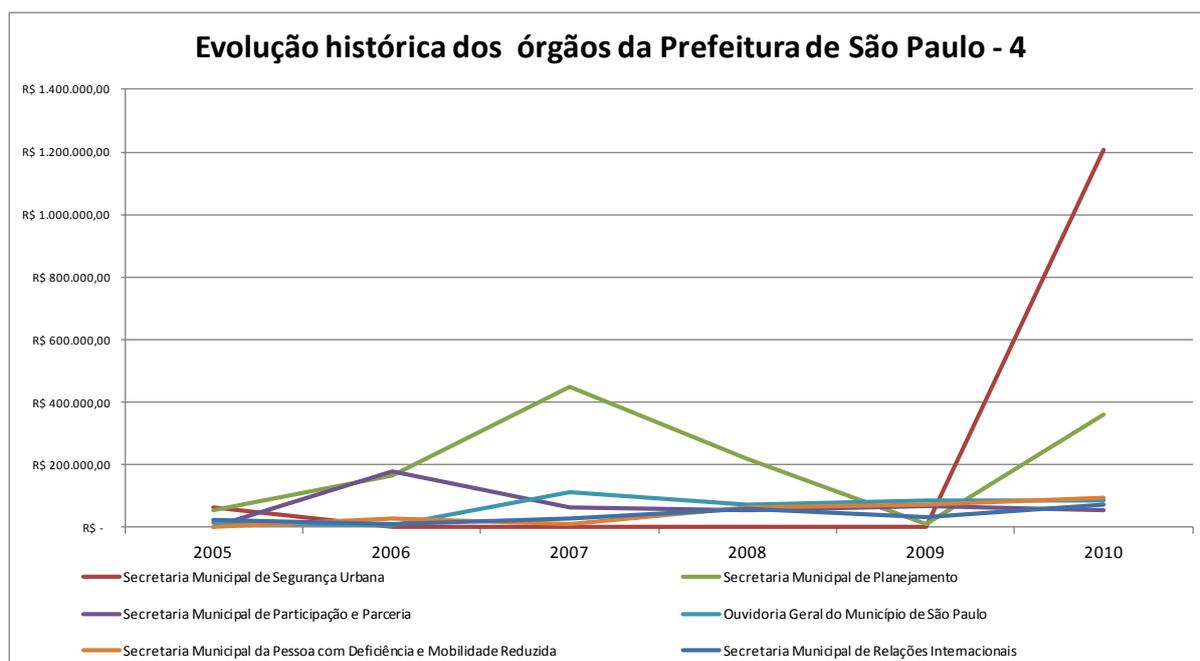
**Figura 4)** apresentaram uma variação dos gastos ao longo dos anos. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, por exemplo, teve o início das suas operações somente em

2008. É possível perceber que, de 2005 em diante, em média, há uma tendência de aumento dos gastos, com exceção da Secretaria do Governo Municipal.



**Figura 4:** Gráfico demonstrando a evolução histórica dos gastos nos órgãos – 3  
 O gráfico a seguir (Figura 5) apresenta também uma grande variação. A Secretaria de Segurança Urbana, por exemplo, deixou de existir em 2006, quando era uma Secretaria Especial, e voltou a existir, então como Secretaria Municipal, em 2010, por isso o pico de gastos relatados neste ano.

Já as Secretarias de Participação e Parceria e de Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida eram especiais e passaram a ser municipais em 2007 e 2008, respectivamente. No geral, os gastos também apresentaram tendência elevada, em relação ao início do período analisado.



**Figura 5:** Gráfico demonstrando a evolução histórica dos gastos nos órgãos – 4

## 5. Considerações finais

Foi possível verificar que houve uma tendência geral de aumento dos gastos com aquisição de bens e contratação de serviços nas unidades da Prefeitura de São Paulo.

Uma interpretação possível disso é que a tecnologia da informação e comunicação foi importante para a administração municipal durante os anos analisados, uma vez que houve um significativo crescimento dos gastos nessa área no período.

As limitações do estudo abrangem a dificuldade em obter os dados, mesmo com o apoio da Lei de Acesso à Informação, além da disponibilização dos dados em formatos fechados, dificultando seu tratamento.

Como possibilidades para estudos futuros, é possível ampliar as contas consideradas no estudo e posteriormente um estudo comparativo com outras prefeituras ou com o Estado de São Paulo. Além disso, é possível buscar entender os motivos que levaram à variação dos gastos, por meio de entrevistas com os outros atores, como gestores de TI da Prefeitura de São Paulo, CIO's externos e usuários.

## Referências

- Barbosa, A. F., Cappi, J. and R Gatto (2009) Os caminhos para o avanço do governo eletrônico no Brasil. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2008. São Paulo: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil) pp. 67-71.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 16 de setembro de 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em 16 de setembro de 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm)>. Acesso em 19 de setembro de 2012.
- Cangirana, J. G.; Andrade, C. C.; Braum, L. M. Dos S.; Saragoça, V. A. M. (2010) Orçamento Público: uma análise de aderência entre o orçamento previsto e o realizado. Anais do VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende. Disponível em <[http://www.aedb.br/seget/artigos10/300\\_Orçamento%20Publico%20Seget%202010.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos10/300_Orçamento%20Publico%20Seget%202010.pdf)>. Acesso em 22 de setembro de 2012.
- Castells, M. (1999) A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra.
- Ceneviva, Walter (2002) Lei dos notários e registradores comentada (Lei n. 8.935/94), 4. ed. São Paulo: Saraiva.

- Chaves, R. S. (2007) A qualidade do gasto público no Brasil: propostas para melhoria. Boletim de Orçamento e Finanças. Curitiba: Governet, v. 3, n. 29, p. 845-855.
- Ferrer, F. (2006) Gestão pública eficiente – Impactos econômicos de governos inovadores. São Paulo: Campus.
- Gil, A. C. (2002) Como elaborar projetos de pesquisa, 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011) Síntese de indicadores sociais – Análise das condições de vida da população brasileira – 2010. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimo/sinteseindicais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimo/sinteseindicais2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em 29 de abril de 2012.
- Joia, L. A.; Cavalcanti, A. A. (2004) Análise da resistência a empreendimentos government-to-government. Rio de Janeiro: FGV.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. De A. (2001) Fundamentos de metodologia científica, 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Matheus, R. (2009) Governo eletrônico e combate à corrupção: Estudo de caso das Ferramentas Anticorrupção Online dos Tribunais de Contas Estaduais (TCEs). Dissertação de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidade da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. José Carlos Vaz.
- Meirelles, H. L. (1991) Direito administrativo brasileiro, 16. ed. São Paulo: Malheiros.
- Miranda, S. V. De; Streit, R. E. (2007) O processo de gestão da informação em organizações públicas. Anais do I Encontro de Administração da Informação (Enadi). Santa Catarina: Anpad.
- Ortolani, L. F. B. (1997) Indicadores do uso de TI na administração pública para planejamento de informática. Anais do XXV Seminário Nacional de Informática Pública. Salvador.
- Paraná (2012) Portal do Controle Social. Disponível em <<http://www.controlesocial.pr.gov.br/>>. Acesso em 12 de dezembro de 2012.
- Pinho, J. A. G. de. (2006) Accountability em portais estaduais e municipais no Brasil: realidades distantes das promessas. Encontro de Administração Pública e Governança. São Paulo.
- Pinho, J. A. G. (2011) Governo eletrônico na gestão municipal: avaliação dos serviços eletrônicos da Prefeitura de São José dos Pinhais (Paraná). Gestão & Regionalidade, vol. 27, nº 80.
- Silva, J. A. da. (2006) Curso de direito constitucional positivo, 27. ed. São Paulo: Malheiros. São Paulo. Prefeitura de São Paulo. Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão. Base de dados da execução orçamentária de 2005. Disponível em: <[http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento\\_2005/basedadosexecucacao2005.xls](http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento_2005/basedadosexecucacao2005.xls)>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.
- São Paulo. Prefeitura de São Paulo. Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão. Base de dados da execução orçamentária de 2006. Disponível em: <[http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento\\_2006/basedadosexecucacao2006.xls](http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento_2006/basedadosexecucacao2006.xls)>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.
- São Paulo. Prefeitura de São Paulo. Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão. Base de dados da execução orçamentária de 2007. Disponível em: <[http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento\\_2007/basedadosexecucacao2007.xls](http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento_2007/basedadosexecucacao2007.xls)>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.
- São Paulo. Prefeitura de São Paulo. Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão. Base de dados da execução orçamentária de 2008. Disponível em:

- [http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento\\_2008/basedadosexecucacao2008.xls](http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento_2008/basedadosexecucacao2008.xls)>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.
- São Paulo. Prefeitura de São Paulo. Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão. Base de dados da execução orçamentária de 2009. Disponível em:  
[http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento\\_2009/basedadosexecucacao2009.xls](http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento_2009/basedadosexecucacao2009.xls)>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.
- São Paulo. Prefeitura de São Paulo. Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão. Base de dados da execução orçamentária de 2010. Disponível em:  
[http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento\\_2010/basedadosexecucacao2010.xls](http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento_2010/basedadosexecucacao2010.xls)>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.
- São Paulo. Prefeitura de São Paulo. Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão. Base de dados da execução orçamentária de 2011. Disponível em:  
[http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento\\_2011/basedadosexecucacao2011.xls](http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento_2011/basedadosexecucacao2011.xls)>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.
- Turban, E.; Mclean, E.; Wetherbe, J. (2004) Tecnologia da informação para gestão, 3. ed. Porto Alegre: Bookman.
- Vaz, J. C. (2007) Internet e promoção da cidadania: a contribuição dos portais municipais, 1. ed. São Paulo: Blucher Acadêmico.
- Willcocks, L. (1994) Managing Information Systems in UK Public Administration: issues and prospects. Public Adm. Londres, v. 72, p. 13-32.